

O ensino da filosofia de Platão através da obra Admirável
Mundo Novo, de Aldous Huxley: educação,
cidadania e a defesa da estabilidade social
*The teaching of Plato's philosophy through the piece
Brave New World, by Aldous Huxley: education,
citizenship and protection of social stability*

Joaquim Francisco de Lira Neto¹
Martha Rosa Pisani Destro²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo propor o ensino da filosofia de Platão (427 - 347 a.C.), na escola, enfocando-se *A República*, através da análise da obra de ficção científica *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, com ênfase na relação entre as ideias e valores difundidos pela educação e os contextos sociais revelados nas referidas obras. O clássico de Huxley pode estimular e ser um instrumento importante na introdução ao pensamento de Platão, fornecendo subsídios para a reflexão sobre determinados meios pelos quais certas ideias e valores relacionados ao conceito de cidadania contribuem para a estabilidade social, legitimando formas de dominação através da divisão social do trabalho. Dessa forma, a análise da obra de Huxley pode proporcionar aos alunos uma leitura crítica da filosofia platônica.

PALAVRAS-CHAVE: Platão. Educação – Filosofia. Ficção inglesa.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo propor uma forma de ensino da filosofia de Platão (427 - 347 a.C.), enfocando-se *A República*, que utiliza como recurso didático estimulante e introdutório a análise da obra de ficção científica *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, com ênfase na relação entre as concepções pedagógicas e os contextos sociais revelados nas referidas obras.

Inicialmente, serão expostos alguns pontos fundamentais do clássico de Huxley, relevantes para o presente trabalho. Em seguida, serão analisados alguns dos principais aspectos da concepção platônica de educação, como são

¹ Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

² Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

desenvolvidos, sobretudo, n' *A República*, confrontando-os com a concepção pedagógica presente no *Admirável Mundo Novo*.

O que justifica a elaboração deste trabalho é a possibilidade de se propor uma forma de ensino da filosofia de Platão, na escola, pelo exame de uma obra que possui uma linguagem mais acessível, explicitando-se pontos que, reforçados pela análise de suas possíveis relações com a filosofia platônica, permitem um aprofundamento na compreensão de questões relativas à educação, levantadas na obra de Huxley. Tais questões são relevantes, porque possibilitam uma análise crítica da filosofia platônica, por meio da reflexão sobre duas diferentes formas através das quais ideias e valores relacionados ao conceito de cidadania são postos a favor da estabilidade social, legitimando formas de dominação pela divisão social do trabalho.

SOBRE O ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

O *Admirável Mundo Novo* é um clássico da literatura de ficção científica escrito por Aldous Huxley, em 1932. Na obra, o autor desenvolve a visão de um futuro em que, através de um surpreendente avanço científico e tecnológico, o Estado consegue exercer um controle que alcançou o objetivo da manutenção da estabilidade social, dentro de seus parâmetros de ordem e progresso. É importante ressaltar que o modo de produção da economia, descrito no *Admirável Mundo Novo*, é o mesmo para todos os países do mundo, com exceção apenas de algumas ilhas isoladas.

A estória se passa no ano de 632 D.F. – a data faz referência ao fundador deste novo modo de produção, Ford, de quem os personagens se lembram com reverência. Nesse futuro, os seres humanos não mais são vivíparos, tornando-se seres “fabricados” em Centros de Incubação e Condicionamento. Nos mesmos, ovários conservados são fecundados por espermatozoides, num processo inteiramente artificial.

Uma das questões fundamentais é a de que os seres humanos sofrem uma alteração em sua composição física, com o intuito de se formarem cinco “castas” fundamentais: Alfa, Beta, Gama, Delta e Ípsilon. Há também algumas subdivisões de castas, como Alfa-mais, Beta-Menos e Delta-Menos. Cada casta possui uma função específica, dentro do processo produtivo, constituindo uma rígida divisão social do trabalho.

O processo de fabricação dos seres humanos envolve uma regulação da dosagem do pseudossangue que nutre os embriões, sendo que, para os futuros membros de castas baixas – Ípsilon é a casta mais baixa –, os quais realizam atividades de menor esforço intelectual, o pseudossangue é bombeado de forma a circular mais lentamente, passando pelos pulmões a intervalos mais longos e, conseqüentemente, fornecendo menos oxigênio ao embrião, cujo desenvolvimento fica abaixo do normal. Conforme exposto na obra, o “primeiro

órgão afetado era o cérebro. Em seguida, o esqueleto. Com setenta por cento de oxigênio normal, obtinham-se anões. Com menos de setenta por cento, monstros sem olhos” (HUXLEY, 1996, p.18).

Nessa visão futurista, já nas incubadoras, os futuros cidadãos começam a ser preparados para servir ao Estado, o que significa exercer a função correspondente à sua casta. Entretanto, a etapa das incubadoras não seria suficiente para garantir que o futuro cidadão cumprisse sua função predeterminada. Além do processo descrito acima, considerado como “Predestinação Social” (HUXLEY, 1996, p.13), cada indivíduo é submetido a um rigoroso processo de condicionamento, que começa também nas incubadoras, mas que se estende por toda a adolescência, ocorrendo de formas distintas, descritas a seguir.

Na primeira, que ocorre já no Centro de Incubação e Condicionamento, na Sala de Predestinação Social, os embriões de futuros membros de castas baixas são condicionados para suportar as futuras adversidades das atividades que exercerão. Um exemplo desse condicionamento torna os indivíduos de castas baixas aptos a suportar o calor e a sentirem desconforto no frio. Como escreve Huxley (1996, p.19):

Quando chegavam ao ponto de serem decantados, os embriões tinham horror ao frio. Ficavam predestinados a emigrarem para os trópicos, a serem mineiros, tecedores de seda de acetato e operários de fundição. Mais tarde, seu espírito seria formado de maneira a confirmar as predisposições do corpo.

A segunda forma de condicionamento, já anunciada na citação acima, refere-se ao “Condicionamento Neopavloviano” (HUXLEY, 1996, p.22), responsável por reforçar as predisposições adquiridas na incubadora. O condicionamento consiste, por exemplo, em deixar flores e livros em uma sala, para que bebês de castas inferiores – Deltas, no exemplo descrito na obra – engatinhassem em sua direção. Assim que os primeiros bebês alcançam os alvos, o Diretor de Incubação e Condicionamento, ou uma enfermeira responsável, aciona um mecanismo que, primeiramente, dispara campainhas ensurdecedoras para assustar as crianças, para, posteriormente, submetê-las a um ligeiro choque elétrico. Após duzentas repetições dessa lição ou de outra parecida, espera-se que os bebês associem os livros e as flores ao barulho e aos choques, desenvolvendo uma rejeição a eles.

Aqui está delineada a primeira característica da pedagogia do *Admirável Mundo Novo*: o uso do condicionamento para afastar o cidadão em formação de objetos que prejudicariam sua educação. Os livros deveriam ser evitados, porque “não se podia permitir que pessoas de casta inferior desperdiçassem o tempo da Comunidade com livros” (HUXLEY, 1996, p.25); além disso, “havia sempre o perigo de lerem coisas que provocassem o indesejável descondicionamento de algum dos seus reflexos” (HUXLEY, 1996, p.25). Quanto às flores, o Diretor

de Incubação e Condicionamento adverte que as “flores do campo e as paisagens [...] têm um grave defeito: são gratuitas. O amor à natureza não estimula a atividade de nenhuma fábrica. Decidiu-se que era preciso aboli-lo, pelo menos nas classes baixas” (HUXLEY, 1996, p.25).

A terceira forma de condicionamento, que também é uma forte característica da pedagogia do *Admirável Mundo Novo*, é a “hipnopedia” (HUXLEY, 1996, p.27), que consiste numa forma de ensino durante o sono. Crianças de todas as castas recebiam lições através de murmúrios, que vinham por baixo de seus travesseiros enquanto dormiam. Tais lições variavam de acordo com a casta, já que tinham o objetivo de inculcar nas crianças ideias que as fizessem se orgulhar de pertencer a sua casta, com o fim de exercerem alegremente suas funções na sociedade. Uma das lições hipnopédicas, que é parte do “Curso Elementar de Consciência de Classe” (HUXLEY, 1996, p.29), destinada a Betas, é descrita na obra:

As crianças Alfas vestem roupas cinzentas. Elas trabalham muito mais do que nós porque são formidavelmente inteligentes. Francamente, estou contentíssimo de ser um Beta, porque não trabalho tanto. E, além disso, nós somos muito superiores aos Gamas e aos Deltas. Os Gamas são brancos. Eles se vestem de verde e as crianças Deltas se vestem de cáqui. Oh, não, não quero brincar com crianças Deltas. E os Ípsilons são ainda piores. São demasiados brancos para saberem [...] (HUXLEY, 1996, p.30).

A continuação da lição exposta na citação acima é: “ler e escrever. E, além disso, se vestem de preto, que é uma cor horrível. Como sou feliz por ser um Beta” (HUXLEY, 1996, p.30). É importante ressaltar que não há indícios na obra que confirmem que os Alfas, de fato, trabalham mais que os Betas, ou qualquer outra casta.

O Diretor de Incubação e Condicionamento afirma que as crianças ouvem lições como esta cento e vinte vezes por noite, três vezes por semana, durante trinta meses, até passarem a uma lição mais adiantada. O personagem Bernard Marx, que era especialista em hipnopedia, faz um breve comentário sobre uma dessas lições, afirmando que a mesma é aplicada “três vezes por semana, dos treze aos dezoito anos” (HUXLEY, 1996, p.211), o que mostra como essa forma de transmissão de ideias é intensamente aplicada, durante significativa parte da vida de cada cidadão do *Admirável Mundo Novo*.

Quanto ao condicionamento dos Alfas, a casta dominante no modo de produção da economia aqui analisado, apenas algumas pistas são dadas. Uma delas está no diálogo entre Lenina Crowne e Henry Foster, ambos Alfas, no qual Lenina se lembrou de uma vez em que acordara, durante a noite, e ouvira um murmúrio que dizia: “Cada um trabalha para todos. Não podemos prescindir de ninguém. Até os Ípsilons são úteis. Não poderíamos passar sem os Ípsilons. Cada um trabalha para todos.” (HUXLEY, 1996, p.72).

O que se depreende da lição hipnopédica acima é a necessidade de se inculcar nos cidadãos a ideia de que todos vivem numa comunidade, que constituem parte de um todo e que cada um fornece a sua contribuição específica, para que se mantenha a ordem e a estabilidade da sociedade. Tanto os Alfas, que exercem funções como diretores de incubação, enfermeiras ou administradores mundiais, como os membros de castas baixas – Gama, Delta e Ípsilon – , que exercem funções como mecânicos de aviões-foguetes, encaixotadores e operários de fundição, deveriam ser considerados como células que contribuem, cada uma com a sua função, para a manutenção do tecido social.

Um exemplo emblemático da eficácia do processo de condicionamento está em um diálogo entre Lenina Crowne e Bernard Marx. É importante ressaltar que Marx é um dos poucos personagens, junto com Helmholtz e o Selvagem, que contestam a organização social, as ideias e os valores vigentes. Bernard Marx argumenta que contemplar o mar lhe dá a sensação de agir por ele mesmo, de não ser parte do corpo social, “de ser mais eu” (HUXLEY, 1996, p.86), diz o personagem. A resposta de Lenina mostra o poder do condicionamento que sofreu tão intensamente. Para uma melhor compreensão, parte do diálogo está transcrita abaixo.

(Lenina:) – É horrível, é horrível – repetia. – E como é que você pode falar assim de não querer ser parte do corpo social? Não podemos prescindir de ninguém. Até os Ípsilons...

– Sim, já sei – disse Bernard com sarcasmo. – “Até os Ípsilons são úteis!” Eu também. E gostaria imensamente de não servir para nada!

Lenina escandalizou-se com a blasfêmia.

– Bernard! – protestou, espantada e aflita. – Como pode falar assim?

Bernard, em outro tom, respondeu meditativamente:

– Como posso? Não, o verdadeiro problema é este: como é que não posso, ou antes – porque eu sei perfeitamente por que é que não posso – o que sentiria eu se pudesse, se fosse livre, se não estivesse escravizado pelo meu condicionamento? [...] -Você não tem o desejo de ser livre, Lenina?

– Não sei o que é que você quer dizer. Eu sou livre. Livre de me divertir da melhor maneira possível. Todos são felizes agora.

Ele riu.

– Sim, “Todos são felizes agora” (HUXLEY, 1996, p.86-87).

O condicionamento de Lenina mostra-se tão forte, que ela parece não conseguir elaborar uma argumentação sem recorrer a algum saber hipnopédico, como: “Não podemos prescindir de ninguém”, ou “Todos são felizes agora”.

É importante lembrar que, além das diferentes formas de condicionamento, a educação da sociedade futurista em questão conta com uma instituição responsável pela transmissão do saber sistematizado, a “Alta Escola” (HUXLEY, 1996, p.149).

Tal instituição, entretanto, é reservada exclusivamente para rapazes e moças das castas superiores. A justificativa da exclusividade para Alfas é a de que os mesmos “serão chamados a assumir responsabilidades e enfrentar emergências imprevistas” (HUXLEY, 1996, p.149). Ou seja, é considerado que somente as atividades assumidas pela casta dominante requerem um ensino mais aprofundado, que envolva a transmissão-assimilação do saber elaborado, o qual inclui conteúdos como os de Geografia e a “relatividade elementar” (HUXLEY, 1996, p.150). Fica clara aqui mais uma maneira de se perpetuar a divisão da sociedade em castas: através do controle seletivo sobre a transmissão do saber elaborado, restrito à casta superior.

Agora serão analisados alguns dos principais aspectos da concepção platônica de educação, como são desenvolvidos, sobretudo, n’*A República*, para que sejam confrontados com a concepção pedagógica presente no *Admirável Mundo Novo*.

O IDEAL EDUCACIONAL DE PLATÃO

A República é um clássico da filosofia, escrito na forma de diálogo, em que Platão, propondo um Estado organizado segundo a razão, desenvolve muitas de suas ideias, inclusive as referentes a um mundo inteligível, em distinção ao mundo sensível, o que é fundamental para o entendimento de sua concepção educacional.

Para Platão, o mundo sensível, ou seja, o mundo das coisas que captamos através dos sentidos, é composto por aparências e não por seres reais; o que é real, verdadeiro, são as essências, que são ideais, unas e imutáveis.

Um exemplo é a ideia de belo. Podemos conhecer, através dos sentidos, diversos objetos considerados belos; porém, tais objetos se deterioram com o tempo e, além disso, são apenas subjetivamente belos, podendo não ser considerados assim por outro observador. Para Platão, a verdade está na essência em relação à qual os objetos são apenas cópias imperfeitas. Uma essência que é objetiva, independente e anterior em relação aos objetos particulares, e que se mantém inalterável ao longo do tempo, no mundo inteligível.

A questão inicialmente colocada n’*A República* é a da essência da justiça. Após algumas tentativas frustradas de se definir a justiça através de exemplos pertencentes ao plano das condutas individuais, a questão deriva para a definição da justiça no âmbito da organização do Estado. Observe-se a análise que Châtelet faz a esse respeito, referindo-se à obra em questão:

A alma justa, sua natureza são escritas com tão pequenos caracteres que é difícil decifrá-los. Mas podemos mais facilmente estabelecer o que é a Cidade da Justiça. Definindo-a, é um paradigma de razão que atingimos. O diálogo sobre a justiça tem por centro, conseqüentemente, a constituição da

“república”, da Callipolis, do Estado bem sucedido. E essa constituição tem o privilégio de determinar as condições da conduta individual correta. (CHÂTELET, 1973, p.91).

Para Platão, o Estado surge devido ao fato de que nenhum indivíduo é autossuficiente; cada um possui múltiplas necessidades – como alimentação, habitação e vestuário – difíceis de serem satisfeitas, por exigirem habilidades em diferentes ramos de produção. O Estado é justamente a necessária associação de indivíduos que, em conjunto, conseguem suprir as suas necessidades.

Um ponto-chave para a compreensão da organização do Estado, proposta por Platão, é o de que, para ele, nós não nascemos todos com os mesmos dons, ou seja, “um tem mais aptidões para uma coisa, outro para outra”. (PLATÃO, 1947, p.69). Daí a conclusão de não ser adequado que cada um tenha muitos ofícios, sendo preferível que os indivíduos se dediquem ao ofício para o qual demonstrem aptidão, sem se intrometer no alheio, com vistas a se aperfeiçoarem no que lhes for próprio por natureza.

Na visão de Platão, a República divide-se em três classes: os governantes, os guardiões e os artesãos. A última classe, a mais numerosa, é constituída por agricultores, médicos e outros, que exercem profissões necessárias ao sustento material das demais classes. Os guardiões são os responsáveis por garantir a proteção da República dos ataques externos e por manter a sua unidade. Por fim, os governantes ou magistrados são os que detêm as aptidões política e filosófica, de modo que, ou os filósofos deveriam tornar-se reis, ou os atuais reis e soberanos deveriam ser filósofos.

Platão justifica, através de uma fala de Sócrates, a necessidade de que os governantes sejam verdadeiros filósofos, afirmando que estes são os que “se comprazem em contemplar a verdade”. (PLATÃO, 1947, p.218). A verdade, como exposto acima, está no plano das essências, enquanto, sobre os objetos particulares, apenas se formam meras opiniões.

No *Fédon*, também por meio de Sócrates, Platão afirma que, como os sentidos são inexatos, para atingir a verdade é necessário que a alma rompa tanto quanto lhe for possível a união com o corpo, que a engana. O filosofar é uma forma de purificar a alma dos vícios corporais. É nesse sentido que Sócrates diz que a dedicação à filosofia é uma ocupação que consiste em “preparar-se para morrer e em estar morto” (PLATÃO, 1970, p.85).

Considerando justo o Estado em que cada um exerce bem a sua respectiva função, dentro de sua classe, para garantir a harmonia e a estabilidade, Platão propõe que se conte uma mentira para legitimar tal divisão em classes e manter o equilíbrio dela decorrente. A mentira, primeiramente, procuraria persuadir os magistrados e guerreiros, depois os cidadãos, de que

[...] não receberam senão em sonhos a educação que temos dado; de que, na realidade, foram formados e criados no seio da terra, eles e suas armas e

tudo que lhes pertence; de que, depois de os haver formado, a terra, sua mãe, os deu à luz; de que agora devem considerar como mãe e nutriz a região que habitam, para defendê-la contra quem quer que ouse atacá-la; e bem assim tratar aos outros cidadãos como irmãos, nascidos, como elles, de mesma terra. (PLATÃO, 1947, p.133).

A segunda parte da mentira é um dos pontos mais relevantes para a análise aqui empreendida:

Sois todos irmãos – lhes direi – os que fazeis parte do estado; mas o Deus que vos criou fez entrar o ouro na composição de vós outros que sois aptos para governar. Por isso mesmo os tais são mais preciosos. Misturou a prata na formação dos guerreiros; o ferro e o cobre, na dos lavradores e artífices. Assim, tendo uma origem commum, tereis ordinariamente filhos que vos assemelhem. (PLATÃO, 1947, p.133-134).

Para Platão, a hereditariedade não garantia a “raça” (PLATÃO, 1947, p.134), de sorte que poderia acontecer que um cidadão de raça de ouro tivesse um filho de raça de prata, assim como um cidadão de raça de prata, ou cobre, tivesse um filho de raça de ouro. Por isso, “o Deus” que os criou ordenou, principalmente aos magistrados, que se ocupem acima de tudo em conhecer de que metal é feita a alma de cada criança” (PLATÃO, 1947, p.134); caso um magistrado encontrasse em seus próprios filhos alguma mescla de ferro ou cobre, deveria relegá-los à categoria de artesãos ou lavradores. Um último detalhe, quanto a essa questão, é o de que há um oráculo que diz que “a república perecerá no dia em que for governada pelo ferro ou bronze”. (PLATÃO, 1947, p.134).

A partir do que foi exposto até aqui sobre a República pensada por Platão, já é possível estabelecer algumas relações entre a mesma e o *Admirável Mundo Novo*.

A principal questão relativa à pedagogia é a que, tanto n’A *República*, quanto no *Admirável Mundo Novo*, a educação é direcionada para a transmissão de ideias e valores que contribuem para a estabilidade social. Em ambas as obras, embora de maneira distinta, é defendido que a harmonia social é alcançada através da divisão em classes ou castas que exercem, particularmente, sua função específica.

A divisão em classes contribui para a estabilidade da República, por exemplo, por possibilitar a temperança, definida por Sócrates como o “freio que se põe aos prazeres e paixões” (PLATÃO, 1947, p.154), que o governo deve ter. Sócrates diz que a alma do homem possui três partes: a racional, a concupiscente e a irascível. O homem é senhor de si quando a parte racional governa; quando, porém, a parte concupiscente governa e o homem se rende a impulsos imediatos e a apetites desgovernados, o homem é escravo de si.

Para Sócrates, às três partes da alma correspondem as três classes do Estado. A República é senhora de si, porque, nela, a parte racional, a classe composta pelos magistrados, é que comanda. Na República, “os appetites e paixões da multidão, que é a porção inferior da comunidade, são refreados pela prudência e desejos do pequeno número”. (PLATÃO, 1947, p.155). A parte inferior – a multidão referida por Sócrates – é a que corresponde ao lado concupiscente da alma, enquanto o “pequeno número” é composto pelos magistrados. À parte irascível da alma corresponde a classe dos guerreiros que, dirigidos pelos magistrados, exercem a coragem, a cólera necessária, “que toma as armas em favor da razão”. (PLATÃO, 1947, p.169). A temperança é mantida, tanto no indivíduo como no Estado, pelo comando da parte racional, ajudada pela irascível, sobre a concupiscente.

No *Admirável Mundo Novo*, o Estado desenvolveu uma forma rápida e fácil de se refrearem os apetites e paixões, não somente da multidão, mas de todas as castas: um comprimido denominado “Soma” (HUXLEY, 1996, p.159). São muitos os diálogos da obra em que um personagem, ao perceber alterações no estado emocional de outro, lhe recomenda tomar o referido comprimido. A ideia é a de impedir “tudo o que for intenso ou muito prolongado” (HUXLEY, 1996, p.42), já que “não há estabilidade social sem estabilidade individual”. (HUXLEY, 1996, p.43). Nas palavras de um dos dez Administradores Mundiais, Mustafá Mond:

As rodas da máquina têm de girar constantemente, mas não podem fazê-lo se não houver quem delas cuide. É preciso que haja homens para cuidar delas, homens tão constantes como as rodas nos seus eixos, homens são de espírito, obedientes, satisfeitos em sua estabilidade. (HUXLEY, 1996, p.43).

Resumindo, a temperança é necessária nas duas obras aqui analisadas, embora ocorra de maneira distinta devido às peculiaridades das formações econômico-sociais, para a manutenção da divisão social do trabalho.

Em ambas, a temperança está ligada à conservação de determinadas relações de produção, que, segundo Marx (1978, p.129), são necessárias e independentes da vontade dos homens, que as contraem na produção social de suas próprias vidas, correspondendo a uma “etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais”. O discurso sobre a temperança pode ser compreendido nas referidas obras apenas em sua vinculação com a totalidade das relações de produção, que formam a “base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”. (MARX, 1978, p.129-130).

Outra forma de se manter a estabilidade social é a abolição da família – ponto comum às obras. Como exposto anteriormente, no *Admirável Mundo Novo*, os seres humanos não mais são vivíparos, passando a ser fabricados em Centros

de Incubação e Condicionamento. As duas vantagens principais dessa nova forma de reprodução são: a larga “produção” de mão-de-obra para as fábricas, composta por membros das classes Gama, Delta e Ípsilon; e o fim dos interesses particulares familiares, que poderiam, em certa medida, entrar em contradição com os interesses gerais defendidos pelo Estado.

Criticando os antigos valores vigentes antes do estabelecimento da era de Ford, Mustafá Mond, lembrando da família, da monogamia e do romantismo, afirma: “Em toda parte o sentimento de exclusividade, em toda parte a concentração do interesse, uma estreita canalização dos impulsos e da energia”. (HUXLEY, 1996, p.41).

É importante ressaltar que valores como a exclusividade e a concentração do interesse, quando relativos a unidades particulares, são contrários não somente ao provérbio hipnopédico “Cada um pertence a todos” (HUXLEY, 1996, p.41), mas ao próprio lema do Estado Mundial: “Comunidade, Identidade e Estabilidade”. (HUXLEY, 1996, p.07).

N’A *República*, Platão defende a abolição da família de outro modo: a “comunidade das mulheres e filhos”. (PLATÃO, 1947, p.190). Para o autor, as mulheres dos guerreiros guardiões da República deveriam ser comuns a todos os membros da classe, não habitando em particular com nenhum; os filhos também seriam comuns. Todas as alianças, como casamentos e a relação entre pais e filhos, seriam proibidas.

Sócrates, para além disso, defende que deveriam ser mais frequentes os enlacs dos “melhores indivíduos de ambos os sexos e, ao contrário, raros os dos maus”. (PLATÃO, 1947, p.193). Melhores indivíduos seriam os jovens “que se houverem distinguido na guerra ou em qualquer outra parte”. (PLATÃO, 1947, p.194). Seria bom para o Estado que a maior parte dos cidadãos proviesse de “boas uniões” (PLATÃO, 1947, p.194), para que se preservasse a “pureza da raça dos guerreiros”. (PLATÃO, 1947, p.194).

Como afirmado acima, a comunidade de mulheres e filhos, além de buscar favorecer os enlacs entre os indivíduos que se destacassem, tinha, como na abolição da família, no *Admirável Mundo Novo*, o objetivo de garantir a estabilidade social através do fim de interesses particulares, os quais poderiam entrar em contradição com os interesses gerais do Estado. Isso fica explícito na seguinte fala de Sócrates:

Pode-se acaso duvidar que o que havíamos estabelecido e o que ora estabelecemos neste sentido seja o mais adequado a torná-los (os guardiões) cada vez mais verdadeiros defensores do estado e a impedi-los de o dividir, como sucederia se todos não dissessem das mesmas coisas que são suas, senão que este o dissesse de uma coisa, aquelle de outra; se um levasse para casa tudo o que pudesse adquirir sem o repartir com ninguém; se outro fizesse o mesmo por seu turno, de modo que cada qual tivesse sua mulher e filhos à parte, que lhes seriam, por isso mesmo, uma fonte de prazeres e penas de que outros não compartilhassem? Mas, ao contrário, tendo todos

por máxima que o interesse de outrem não é alheio ao seu, dirigir-se-ão ao mesmo objecto com todas as suas forças e experimentarão dores e alegrias comuns. (PLATÃO, 1947, p.200 - 201).

A essa fala de Sócrates, Glauco responde: “Tudo isso é incontestável.” (PLATÃO, 1947, p.201). Ou seja, a abolição da família contribuiria para a estabilidade social por eliminar um fator de conflitos por interesses particulares. Os interesses deveriam ser os mesmos a todos os cidadãos, apesar da divisão social do trabalho. A educação não poderia ser particular, dentro de unidades familiares; pelo contrário, ela deveria ser pública, no sentido de ser regulada unicamente pelo Estado e por seus interesses gerais.

As divisões sociais do trabalho – que contribuem para a estabilidade social – apresentadas tanto n’*A República* como no *Admirável Mundo Novo*, são legitimadas pelo pressuposto ontológico de que cada indivíduo, cada cidadão, possui uma determinada aptidão natural, que deve ser desenvolvida pela educação, tornando-se um equívoco a tentativa de ele desenvolver habilidades nas mais diversas atividades, ou exercer diferentes funções, no processo produtivo. Tais divisões têm como corolário um desenvolvimento unilateral das potencialidades humanas, em ambas as formações sociais, embora apresentem uma diferença que deve ser levada em consideração, como exposto a seguir.

No *Admirável Mundo Novo*, a ideia das diferenças quanto às aptidões é extrapolada pelo controle sobre o fluxo do pseudossangue que nutre os embriões dos futuros cidadãos de castas baixas, afetando seus cérebros, de maneira a condená-los somente a funções produtivas, que exigem menor esforço intelectual.

Esta é uma diferença entre as obras aqui analisadas, porque, embora Platão, por meio de Sócrates, afirme que “a cada cidadão compete um dever no estado, o único dever para o qual, de nascimento, revela disposição” (PLATÃO, 1947, p.157), ele não deixa de considerar a possibilidade de qualquer cidadão – e até mesmo de escravos, como é exemplificado em outra obra do autor, o *Ménon* – chegar, através da educação, ao conhecimento de diversas matérias.

No *Ménon*, Platão, dentro de sua distinção entre os mundos sensível e inteligível, sustenta que a alma do homem é imortal, renasce muitas vezes e já contemplou todas as coisas que há aqui na terra “e lá na morada de Plutão”. (PLATÃO, 1993, p.73).

Entretanto, embora o conhecimento já esteja na alma de cada um, apenas sendo necessário que seja lembrado, é preciso um intenso esforço intelectual para se chegar à verdade, à essência, às ideias eternas e imutáveis. Tal esforço, que é perdido no *Admirável Mundo Novo*, está bem simbolizado na alegoria da caverna, que Platão descreve no Livro VII d’*A República*. As provações propostas por Platão para se alcançar a posição de governante são tamanhas que, após

envolver inclusive o aprendizado na arte da guerra, ainda que seja reservado mais tempo para a dialética – na qual o espírito deve aplicar-se sem descanso nem intermitência – ninguém seria admitido no governo antes da idade de cinquenta anos.

Outro meio utilizado pelo Estado, em ambas as obras aqui analisadas, igualmente relacionado à educação, para garantir a estabilidade social, é o do controle seletivo sobre determinados produtos culturais e objetos com os quais os cidadãos entrariam em contato.

No *Admirável Mundo Novo*, como exposto anteriormente, era dificultado aos membros de castas inferiores, através do Condicionamento Neopavloviano, o acesso a livros e flores, porque iriam contra os interesses do Estado. Além disso, na referida obra, para que fosse impedido que os cidadãos entrassem em contato com produções anteriores à era de Ford, foi feita uma “campanha contra o passado” (HUXLEY, 1996, p.51), que envolveu o fechamento dos museus, a destruição dos monumentos históricos e a supressão dos livros publicados antes do ano 150 D.F.

N’A *República*, Platão demonstra forte preocupação com as produções artísticas que poderiam prejudicar a educação dos guerreiros guardiões da República. Para o autor, a arte, em sua natureza, não seria capaz de atingir a essência das coisas, a verdade, constituindo apenas uma forma de imitação.

Na concepção platônica, tal qual se apresenta no *Timeu*, o “demiurgo” (PLATÃO, 1981, p.78), tomando por modelo o mundo eterno das essências, criou o universo e todo o material sensível, corruptível, nele existente. Os objetos particulares são modelados a partir de um material sensível e por imitação, sempre imperfeita, da essência do objeto em questão. A arte seria, conseqüentemente, apenas a imitação da imitação.

Não obstante, Platão não deixa de atribuir certo valor, embora muito restrito, à arte. Aludindo tanto à música quanto à poesia, Platão identifica aspectos negativos em ambas, quando transmitem mensagens contrárias aos seus ideais educacionais de formação dos guerreiros guardiões da República. Ele apenas as considera positivas, quando contribuem para a formação dos guardiões. Sobre o ritmo musical, Sócrates afirma que “se deve evitar a variedade e multiplicidade de cadencias e buscar os rythmos que expressam o caracter do varão sábio e valoroso”. (PLATÃO, 1947, p.111).

Pode-se concluir que Platão enfatiza o valor da arte, quando transmite mensagens adequadas ao seu ideal educacional, quando imita comportamentos úteis à formação dos guardiões. Platão reconhece que a arte tem um poder arrebatador, mas, neste ponto, alerta para o perigo que representa ao guerreiro a excessiva exposição à música. Nas palavras de Sócrates:

[...] quando um homem, dando-se inteiramente à música, e especialmente a estas harmonias doces, brandas e querulas, della se deixa penetrar e a faz coar-se-lhe na alma através do ouvido, e passa toda a vida distrahido e

como que arrebatado pela beleza do canto, não é certo que o primeiro efeito da musica é debilitar-lhe a energia, quase como se abranda o ferro ao fogo, tornando malleavel a dureza que antes o fazia inútil ou aspero e intratável? Mas, se continua por muito tempo entregue ao seu entusiasmo, esse mesmo valor pouco a pouco se entibia e desfallece até extinguir-se: enerva-se-lhe a alma e, dahi por deante, não passa de guerreiro desalentado e covarde. (PLATÃO, 1947, p.127-128).

O poder arrebatador da arte é relegado a um segundo plano, que deve ser restrito, para não prejudicar a formação dos guerreiros guardiões da República, tornando-os desalentados e covardes, o que seria contrário aos interesses do Estado.

Resumindo, nas obras analisadas, determinados patrimônios culturais e objetos são condenados pelo Estado – de uma forma ou de outra, dependendo das características dos contextos apresentados nas obras –, por representarem um perigo para a harmonia e a estabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise aqui empreendida, espera-se que se tenham tornado explícitas as analogias entre o *Admirável Mundo Novo* e a filosofia de Platão, que tornam possível a proposta da introdução à filosofia platônica na escola, através de uma obra que possui uma linguagem estimulante e mais acessível aos alunos. É importante ressaltar que a leitura do clássico de Huxley deverá apenas introduzir e não substituir a leitura dos textos de Platão.

Embora os contextos sociais apresentados nas obras contenham diferenças significativas, em ambas, a divisão social do trabalho permite a existência de alguns aspectos intimamente relacionados, porque “a produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real”. (MARX; ENGELS, 1984, p.36).

Um dos aspectos que as obras apresentam em comum, que será lembrado para finalizar o presente trabalho, é o do pressuposto ontológico das diferenças quanto a aptidões naturais. Conforme já exposto, tal pressuposto legitima o cumprimento, por parte dos cidadãos, de apenas uma função no processo produtivo. Relacionada a isso está a educação, que deveria se responsabilizar por identificar – no caso d’*A República* – e desenvolver as aptidões naturais, para garantir a estabilidade social. É importante recordar que, extrapolando esse ponto em relação a Platão, no *Admirável Mundo Novo*, o saber elaborado é rigidamente transmitido apenas à classe dominante.

Neste ponto, o clássico da ficção científica em questão nos proporciona reflexões sobre a educação que são ainda atualmente importantes. O *Admirável*

Mundo Novo nos traz possíveis efeitos da transmissão de ideias e valores relacionados ao conceito de cidadania, que contribuem para reforçar a divisão social do trabalho existente, o que é fundamental para uma leitura crítica da filosofia platônica. Destarte, é necessário refletir sobre as consequências da vigência de ideias como a de que cada cidadão deve cumprir com a sua função, adaptando-se à formação social preexistente, mesmo que isso signifique a aceitação tácita de certas formas de dominação.

LIRA NETO, Joaquim Francisco de; DESTRO, Martha Rosa Pisani. The teaching of Plato's philosophy through the piece *Brave New World*, by Aldous Huxley: education, citizenship and protection of social stability. *Educação em Revista*, Marília, v. 10, n. 2, p. 1-14, jul.-dez. 2009.

ABSTRACT: This paper aims to propose the teaching of Plato's philosophy in school, in focusing on *The Republic*, examining the work of science fiction *Brave New World*, by Aldous Huxley, with emphasis on the relationship between ideas and values broadcast by education and social contexts revealed in these works. The classic Huxley can encourage and be an important tool in the introduction to the thought of Plato, providing subsidies for the consideration of certain means by which certain ideas and values related to the concept of citizenship contribute to social stability, legitimacy forms of domination by the social division of work. Thus, the analysis of the work of Huxley can give students a critical reading of Platonic philosophy.

KEYWORDS: Plato. Education – Philosophy. English Fiction.

REFERÊNCIAS

- CHÂTELET, F. Platão. In: _____. **História da filosofia:** idéias, doutrinas. A filosofia pagã: do século VI ao século II d.C. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, v.1, p.65-120.
- HUXLEY, A. L. **Admirável mundo novo**. 22.ed. São Paulo: Globo, 1996.
- MARX, K. Para a crítica da Economia Política. In: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 103-234. (Os Pensadores).
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã:** Feuerbach. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1984.
- PLATÃO. **A República**. São Paulo: Cultura Brasileira, 1947.
- _____. **Ménon**. 2.ed. Lisboa: Colibri, 1993.
- _____. *Timeu*. In: _____. **Timeu e Crítias ou a Atlântida**. São Paulo: Hemus, 1981.
- _____. *Fédon*. In: _____. **Diálogos**. Rio de Janeiro: Globo, 1970.